

BOLETIM SOCIAL

DE TRABALHADORES DA TEBE PARA TRABALHADORES

C. M. B. BIBLIOTECA

C.M.B. Biblioteca

Director Honorário: MÁRIO CAMPOS HENRIQUES

Redacção e Administração: Campo 5 de Outubro. 39 - Ric

Composto e Impresso na Tipografia «VITÓRIA» - BARCELOS

Editor: João Baptista Cândido da Silva

Director e Administrador ANTÓNIO BAPTISTA

Redactores: Joaquim Rodrigues e Eduardo A. da Silva

VISITA DA RAINHA ISABEL II

PORTUGAL recebeu entre festejos e cortesias, num gesto amigo e fidalgo, a mui nobre e alta figura da rainha Isabel II e de seu marido o distinto Duque de Edimburgo. Soberana da secular aliada da nossa Pátria, todas as gentilezas lhe eram devidas, mas, todas as carinhosas manifestações brotaram espontaneamente dos corações portugueses sensibilizados com a prova de amizade, de respeito e consideração que o nosso País mereceu de uma grande potência, como é a Inglaterra. Entre os dois países existe uma velha aliança quase sempre respeitada, de parte a parte, com a mais sincera lealdade.

Muitos foram os momentos críticos na História de Portugal em que os ingleses lutaram pelos nossos ideais ajudando-nos com o seu apoio material e moral: muitas vezes também os portugueses se bateram debaixo da bandeira inglesa como se fosse pelos interesses da sua própria Pátria. Tempos houve também, é certo, em que essa amizade sofreu quebras, e crises violentas agitaram estes povos amigos em convulsões amargas de descrença e desconfiança.

Mas muitas vezes os povos não são os autores de atitudes violentas e contrárias às suas velhas tradições, mas os governos que, de momento, dirigem os seus destinos e que acima de tratados e convenções põem interesses e ambições vãs de glórias.

A rainha da Inglaterra é um símbolo da união do seu povo e da compreensão, da parte deste, dos altos princípios que regem aquela Comunidade unida, de crenças, línguas e tradições diversas. Povo de costumes austeros e moral severa é na vida da corte que têm o mais alto exemplo de aprumo moral e do respeito pelas antigas normas de vida dirigida no Ideal de servir a Pátria. A Inglaterra é um país que ama a realeza porque esta é o esteio mais forte dos costumes e tradições que fizeram grande, poderosa e florescente a Grã-Bretanha.

Senhora do mais vasto império, com uma monarquia constitucional, com direitos de liberdade reivindicados há séculos, este povo é um exemplo único na história, em saber usar e gozar dessa liberdade, condicionada apenas pelas imposições do respeito mútuo, da justiça e da educação aristocrática da sua juventude. Pela Rainha há devoção tradicionalista, mas há também a amizade por essa mulher, que desde menina conscienciosamente se preparou para o duro ofício de reinar. Toda a família real inglesa tem o amor filial do povo que serve, porque essa família que é um modelo de virtudes cristãs, quando liberta das imposições oficiais, mistura-se com simplicidade, sem preocupações, por entre esse povo que corre apressado pelas ruas ou se diverte nos cinemas, concertos e teatros.

Portugal ao tributar tão festivas manifestações ao casal real que afectuosamente nos visita, marcando nos conturbados dias que passam, a posição da Inglaterra como aliada e amiga dos portugueses, não faz mais que retribuir a recepção primorosa que o povo britânico fez, ao Senhor General Craveiro Lopes, que, em Londres, recebeu as mais tocantes provas de

O retrato e a fotografia

Por MANUEL CAMPOS LIMA

NA arte como na literatura a obra que se limite a «fotografar» a realidade, mais não faz do que reproduzir em pobreza de arte, riqueza de vida. A pura imagem fotográfica, com efeito, esvazia a vida do seu conteúdo dinâmico e retransmite-a parada. Isto equivale a dizer que o conteúdo da vida ou a própria vida desaparecem e apenas fica uma forma sem conteúdo. Assim, a arte «fotográfica», que pretende uma identificação total com a realidade, afasta-se tanto dela, como a arte que, num polo oposto, se proponha voltar as costas à vida. Sob o aspecto de retransmitir a vida é tão pobre, tão estéril, como a arte abstracta, como a arte mais extremamente formalista. É que a arte «fotográfica» também redundava afinal num formalismo não pro-

Admiro...

Admiro as flores e o Sol, o mar e seus navios,
Admiro a terra-mãe e os ventos desabridos,
Admiro a noite, o dia, os inocentes perdidos
Nas ruas da miséria lembrando cães vadios.

Admiro a saudade daqueles que a podem ter
E admiro a verdade dos homens que a prezam,
Sentindo na minha alma a voz dos qu'inda rezam
Na mística da fé, com ânsias de viver.

Admiro os qu'inda riem bem cheios de ilusão,
Admiro os qu'inda amam sonhando madrigais
E fazem, com doçura, nas tardes outonais,
Promessas impossíveis com voz do coração.

Admiro as estrelas em noites de luar,
Admiro o silêncio na voz da imperfeição
E vivo acorrentado ao fogo da ilusão
Subindo o meu calvário sem nunca mais parar.

Admiro, angustiado, a dúvida insepulta
E sofro atormentado o além que me procura...
Há um mundo entreaberto dum tédio qu'inda dura
Na noite enigmática da minha voz oculta.

Amei sempre na vida aquele que se entristece
E creê, com ansiedade, que o mundo é uma visão,
Aquele que assim sonhar possui um coração
E morre como eu num fogo que arrefece.

Admiro os impossíveis no todo da harmonia,
Admiro os que sofrendo esperam mansamente
Que o mundo se redima ainda no presente
E traga a cada peito um pouco de alegria.

A visita da Rainha Isabel II

(Continuação da 1.ª página)

amizade e gentileza. Portugal e a Inglaterra são pois velhos amigos, que, por vezes, estreitam mais fortemente o abraço fraternal que os liga desde o século XIV.

Façamos agora por esquecer um pouco o borbórinho e o colorido desta visita de Isabel II e mergulhemos nas páginas da História, recordando factos que velhos pergaminhos, pacientemente escritos por monges, os mestres da cultura no aivorecer da nacionalidade conservaram até aos tempos modernos, informando os historiadores ávidos das verdades.

Reinava em Portugal, D. Fernando, quando se fez a primeira aliança anglo-lusa, andando então os portugueses em luta com Castela, inimiga também, a essa altura, dos ingleses que defendiam os interesses do Duque de Lencastre à coroa castelhana, pois era casado com uma infanta de Castela. Essa aliança convinha ao tempo ao Duque de Lencastre e servia os interesses de D. Fernando que desejava expandir o território nacional à custa do vizinho reino de Castela. Não foi D. Fernando bem sucedido nas suas ambições pois o alargamento de Portugal far-se-ia anos mais tarde, para além-mar. Coube essa glória aos filhos de Filipa de Lencastre, princesa inglesa que unida por casamento, a D. João I, veio tornar mais fortes e mais firmes as cláusulas do tratado de aliança feito em 1373, por D. Fernando e o Duque de Lencastre. Agora a 9 de Maio de 1386, celebrava-se um novo tratado de perpétua paz e amizade entre o reino de Portugal e o reino de Inglaterra, ficando cada um obrigado a considerar seus inimigos os inimigos do outro reino. Por outra convenção assinada na mesma data, obrigou-se Portugal a auxiliar a Inglaterra com dez galés que equiparia à sua custa, pertencendo-lhe porém, as presas feitas por estes navios.

Estes acordos foram seguidos de perto por um tratado de aliança entre o rei de Portugal e o Duque de Lencastre, pelo qual o primeiro se obrigava a auxiliar o segundo na sua empresa de conquistar o trono de Castela.

Para maior firmeza do tratado, o Duque concedia a D. João I a mão de sua filha Filipa a quem dotava com uma parte importante do reino de Castela, que ficaria incorporada no de Portugal.

Este tratado foi celebrado nos princípios de Novembro de 1386 e o casamento realizou-se no Porto, em 2 de Fevereiro de 1387.

(Continua na página 4)

curado. Não importa que sejam opostos os objectivos do artista abstracionista e do artista "fotográfico"; que aquele procure a forma sem conteúdo (ou em que o conteúdo é a própria forma) e este busque o conteúdo sem forma (ou em que a forma não pretende deferir da forma preexistente do próprio conteúdo). Não são as boas intenções que salvam do inferno, e ao fim e ao cabo os resultados são iguais. Num e noutro caso, não há um frêmito de vida, não se revela a mais pequena parcela da imagem do mundo a que se prende o homem. O formalismo levado ao limite na arte abstracta, busca renhidamente encontrar a arte apenas na forma de expressão, e por isso não pode ir além dum fracasso; mas na sua mal sucedida experiência de exprimir forma sem conteúdo, consegue por vezes — por uma curiosa contradição dialéctica — descobrir ainda alguns vocábulos apropriados para se integrarem numa linguagem tendente a exprimir a própria vida. A arte fotográfica ou naturalista procura, pelo contrário, dar o conteúdo da vida tal qual é, transplantar sem alteração para a tela da arte a pura imagem da vida que se colhe num momento, sem mudança de

um pormenor, de tal sorte que a forma desejada desta arte, é já a própria forma preexistente na vida e o valor dum artista (do ponto de vista do naturalismo) afere-se pela sua capacidade de saber copiar.

Acontece, porém, que a vida se escapa no instantâneo fotográfico, que o seu conteúdo dinâmico se evolva no decalque mecânico e que o artista naturalista cai num lôgro. Assim, julgando que vai agarrar bem a vida não encontra senão uma forma, uma forma decerto servil e inexpressiva por ser uma mera cópia de outra, e como tal, sem interesse artístico, mas, contudo, ainda uma forma.

Sendo anti-formal, nas suas intenções, a arte naturalista vai resvalar precisamente num "formalismo pobre".

É por esta razão que sempre tem entendido a teoria do novo realismo que este movimento tem por iguais adversários o naturalismo fotográfico e o formalismo, deles se devendo afastar quer pelo conteúdo, quer pela forma, pois semelhantemente nocivos são para a eclosão de uma arte humana e construtiva.

Forças de expressão do mesmo extracto social, a forma "revolucionária" — o formalismo —

JOÃO GONÇALVES MARTINS

Um nome ao serviço das conceituadas águas

: Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas :

Agente da conhecidíssima Companhia de Seguros

« A MUNDIAL »

Em frente à Estação do Caminho de Ferro — BARCELOS

serve as "élites", enquanto a forma "conservadora" — o naturalismo — se dirige à restante massa, mas as duas aproximam-se no seu objectivo de afastar da análise e da compreensão da vida, e assim, sendo, na aparência opostas, harmonizam-se, coordenam-se e são ambivalentes socialmente.

Desta base, sempre partido e tem de partir o novo realismo para a sua própria definição. Exprimindo-se como realismo, bem sabe, pela lição de toda a arte realista, que esta não é um decalque da superfície inexpressiva do real, que o não penetra e fica aquém da sua compreensão, mas um acto criador que o retrata com fidelidade no seu movimento, e por isso se opõe ao naturalismo.

Exprimindo-se como humanismo, o novo realismo indica o conteúdo da compreensão da vida do homem, a beleza do ideal humano que da análise desse conteúdo decorre, como o principal escopo do artista; e por esta razão, sem desconhecer a necessidade de cultivar as formas de expressão, opõe-se ao formalismo.

Estes são princípios que tem sempre advogado o novo realismo e que mostram abundantemente a quem não se faça surdo de propósito, como aliás é de uso, que o novo realismo nem é um realismo "ingénuo", como o naturalismo, nem anti-formal.

Ora bem. Evidenciada a posição aberta do novo realismo ao naturalismo fotográfico, põe-se o problema de saber se, no entanto, admite o retrato de homem tal qual é, isto é admite uma imagem do homem que dê a conhecer prontamente a quem na observe o próprio modelo.

Por outras palavras, se a condenação da fotografia será também a condenação do retrato?

Se as palavras fotografia e retrato são consideradas expressões equivalentes?

Compreendem-se estas perguntas se se atentar que em o formalismo tem como consigna "guerra ao real", e para ele uma obra é tanto mais artística quanto mais divergente da representação do homem. O formalismo sendo anti-fotográfico é também anti-retratista.

Pelo que já se disse atrás, verifica-se que não pode ser este o ponto de vista do novo realismo.

Este coloca como fundamental objectivo da arte a representação do homem no dever social e

o seu critério do valor da arte é o da fidelidade da representação.

Decorre daqui necessariamente que o novo realismo não pode partilhar do horror ao retrato do homem concreto possuído pela arte formalista, a qual considera tal representação como um crime de lesa arte.

Como humanismo concreto torna-se evidente que pretende dar a imagem de homens concretos.

Essa imagem, porém, não é fotográfica, porque fotografia e retrato não são a mesma coisa.

O retrato, obra de criação, existiu muito antes da fotografia, meio mecânico, e continua a existir depois do aparecimento desta.

A tese de que, com o aparecimento da fotografia a reprodução pela pintura do retrato do homem deixou de ter finalidade, não se dá conta da diferença extraordinária entre o retrato pela fotografia e o retrato pela pintura e da superioridade incontestável deste em relação àquele.

O retrato à maneira naturalista em que se não pretende mais do que uma cópia da superfície retratada é que deixou de ter finalidade. Com efeito na minúcia dos traços, no pormenor do semblante nada mais rigoroso do que uma lente de uma boa máquina.

Mas tal retrato deixou de ter finalidade precisamente por não intentar ser mais do que uma cópia de superfície.

O retrato que pretende ser autêntica imagem do retratado continua a ter finalidade porque se distingue perfeitamente da fotografia.

Enquanto a fotografia consiste numa imagem isolada e instantânea de um objecto inerte, o retrato é a síntese plástica de uma sucessão de imagens na qual o objecto descrito vive intensamente.

Eis a diferença incomensurável que vai por exemplo do quadro "muito parecido" do Salão da Primavera às obras dum Rembrandt, dum Velasquez ou dum Goya.

Estas últimas não são "fotografias", não obstante através delas se reconhecer imediatamente a identidade com as pessoas retratadas. São obras que não se limitam a colher a imagem fugidia de uma pessoa, os traços descortináveis à lente fotográfica que qualquer aluno da escola pode copiar se tiver bom olho e mão firme; vão mais longe: surpreendem o próprio movimento de imagens da vida dum

Instituto Nacional do Trabalho

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Do I. N. T. P. e com pedido de publicação recebemos a circular que segue:

«Como oportunamente foi tornado público, em todos os jornais do País, encontra-se modificada a legislação que regula as condições de obrigatoriedade do funcionamento destes cursos e as respectivas sanções.

Recentemente o Ex.^{mo} Director do Distrito Escolar fez inserir em todos os jornais do distrito, uma nota sobre este assunto, para a qual chamamos a atenção de todas as entidades patronais e trabalhadores ao seu serviço.

O conhecimento do actual regime, que a referida nota condensa, é do maior interesse, pois evitará surpresas desagradáveis.

Hoje é obrigatória a frequência, até à conclusão da 3.^a classe, para os trabalhadores ao serviço de qualquer entidade, mesmo das concessionárias do Estado, independentemente do número dos iletrados, que as mesmas empregam.

Quer dizer, se uma empresa tiver só que seja um trabalhador, com menos de 35 anos, que não tenha feito exame da 3.^a classe, é obrigada a mandá-lo frequentar, nos termos estabelecidos, e a concorrer, na proporção para a instalação e material do respectivo curso.

Outra inovação diz respeito à lavoura.

Todas as entidades patronais, da lavoura, que tenham ao seu serviço mais de 20 trabalhadores, com menos de 30 anos de idade, sem a habilitação da 3.^a classe, são obrigadas a promover que frequentem a escola e a contribuir para o funcionamento dos respectivos cursos.

Como prescreve o art.^o 33 do Decreto-Lei n.^o 30.964, de 31 de Dezembro, quando o número de trabalhadores abrangidos ao serviço de qualquer entidade patronal, não for suficiente para o funcionamento do curso, juntar-se-ão os das entidades patronais vizinhas.

As finalidades que todas estas medidas procuram atingir são por demais evidentes.

As facilidades até hoje dadas a todos, certamente se manterão.

E as medidas recentemente tomadas aumentam-nas.

É sempre desagradável o recurso às sanções legais.

Por isso, se solicita aos Organismos Corporativos e a todas as empresas para comunicarem a esta Delegação o número e nome dos trabalhadores nas condições indicadas, com a possível urgência, a fim de a Direcção Escolar promover a criação dos cursos necessários.

Esta colaboração de todos evitará a aplicação rigosa da lei.

O Delegado do I. N. T. P. em Braga

Valentim de Almeida e Sousa >

opressão que será varrida do palco pela invasão napoleónica.

Ou o famoso retrato do doutor Tulp na lição de anatomia de Rembrandt. A expressão do mestre ilumina-se de espiritualidade; reflete-se nela não só o amor pela ciência e pelo ensino, mas ainda a segurança no seu saber, de tal forma que a sua boca parece explicar a dissecação e o cadáver vive como peça anatómica.

Vejamos os retratos de Leonardo, de Ticiano, de Miguel Angelo, de Peter Brueghel, pintados pelos próprios, o de Erasmo de Holbein, o de João Six, de Rembrandt, o de Filipe IV (na meia idade) de Velasquez, cujo carácter dos retratados se revela de tal forma que como ao Moisés de Miguel Angelo esperamos apenas que falem.

Haverá alguma máquina fotográfica capaz de dar tais retratos?

Não, porque nada está mais longe deles do que uma fotografia. Aqui o que existe é a recriação de homens a partir da compreensão da sua personalidade; as imagens nascem de dentro para fora e não exteriormente como na fotografia. Os artistas começaram por seleccionar das várias imagens dos retratados as que eram típicas da sua personalidade e é a síntese das imagens típicas que vive nos quadros.

Compreende-se a importância desta distinção. É que com certa infantilidade certas pessoas pensam que a atitude da oposição que o novo realismo toma para com o naturalismo fotográfico se estende ao retrato vernáculo do homem que nos legaram os grandes artistas do passado.

Esta ideia, que resulta certamente da influência ainda da teorização formalista, é totalmente errada. A verdadeira expressão humana, o verdadeiro semblante do homem podem ser dados com toda a verdade sem resvalarmos no campo do naturalismo; até acontece que só podem ser dados saindo do campo do naturalismo e entrando no do realismo que à pura exterioridade física faz crescer a intimidade do carácter.

É certo que o novo realismo, como movimento compreensivo e assimilador dos valores novos trazidos pela arte moderna, pode romancear homens sem nome e pintar mulheres sem cara para exprimir autênticos homens e mulheres que se cruzam na vida diária. Mas ao fazê-lo não foge a fazer o seu retrato, antes procura retratá-los por aquela forma. Não é a fobia do homem que aconselha o processo, mas o processo será empregado quando for o mais expressivo para se dar uma determinada imagem que se pretende.

Mas este aparente encontro com a arte moderna (aparente visto que num lado há fuga do real, noutra há aproximação) não é obrigatório. O novo realismo pretende assimilar toda a

herança cultural do passado—não apenas a do passado recente, mas também a do passado afastado. Assim, não fica reduzido aos cânones da arte moderna.

Duma grande largueza de pontos de vista, sem imposição de receitas (ao contrário do que costumam dizer os seus detractores) o novo realismo abrange uma multiplicidade de expressões formais e no seu combate ao naturalismo fotográfico não combate o retratismo, a expressão plástica do homem como é.

Mais: entende que o autêntico retrato dos homens concretos, dos homens tais como foram na sua época tem o seu lugar na história do romance, do poema ou da pintura. As figuras históricas, os homens verdadeiros das épocas históricas não podem ficar retratados para as épocas futuras apenas pelas máquinas «a la minute». Para os transportar para o futuro, para se revelarem tal como foram, é preciso surpreender-lhes o carácter, é necessário dar uma imagem da sua autêntica personalidade, o que a fotografia não pode fazer. Compreende-se assim o acerto da crítica a Picasso quando pretendia retratar uma figura histórica alterando-lhe as feições. Com efeito é perfeitamente construtivo que se critique a representação naturalista de vários militares de alta patente em volta de uma mesa em atitudes rígidas de Museu Grevin, com os dólman bem abotoados, os botões de metal rebrilhantes, na qual se pode apreciar a boa qualidade da fazenda, e o aveludado do tecido das poltronas, mas em que está ausente toda a expressão e toda a arte. Mas daqui não se infere que sendo esses mesmos homens concretos, a personalidade desses homens concretos que se quer transmitir, se deva abstrair para os retratar daquilo pelo qual nós os distinguimos a um primeiro olhar dos outros homens, ou seja, das suas feições.

A fuga ao retrato, implicará, em tal caso, uma evasão ante o real, uma aceitação da separação entre a arte e a vida e consequentemente uma atitude formalista.

O banimento da fotografia convencional dos senhores em pose olhando circunspectos para a objectiva é perfeitamente indispensável. Mas tão indispensável como isso é dar aos homens o seu verdadeiro retrato, integrar na arte a riquíssima multiplicidade de feições do homem concreto, o enorme valor histórico e o grande valor plástico da representação da diversidade do homem real.

O realismo do retrato, ou seja, o realismo do carácter, que põe os cabelos em pé aos apóstolos da arte pela arte, mas que foi seguido por todos os grandes artistas dos séculos passados até aos impressionistas e Van Gogh, é um dos objectivos do realismo moderno. Para o alcançar é necessário, porém, que se aprenda

indivíduo, apossam-se da sua personalidade, retransmitem-no em acção. A «semelhança» exterior com a pessoa, que o mestre académico aconselha e que o aluno da escola copia, também lá está. Mas está muito mais do que isso está a própria verdade interior do homem, está o seu semblante moral, o seu carácter.

É que não bastou dar ao botão da «kodack», não bastou o decalque mecânico, o golpe de olho, a agilidade de mão; foi preciso um trabalho mais complexo, não de pura análise como aquele, mas de análise e de síntese, de separação das várias imagens do homem e de recriação da imagem total da personalidade servindo-se dos materiais dispersos.

Vejamos, por exemplo, esse admirável retrato que nos deu o Greco de D. Fernando Nino de

Guevara. Nele espelha-se o carácter de soberba e de gélida frieza, de vontade tenaz e obcecada do inquisidor ao serviço da monarquia despótica e do fanatismo, e nas mãos enclavinhadas sente-se a força dominadora do homem da reacção que pretende sustar o avanço do espírito moderno.

Ou então, esse portentoso quadro de Goya que representa a família real de Carlos IV. Este revela nos seus pormenores mais sinceros a verdadeira personalidade dos retratados: a pobreza de espírito e ausência de vontade do rei «in nomine», dominado pelo ministro e enganado pela mulher, a sensualidade impúdica da estúpida e cruel rainha que se se pretende disfarçar em vão num abraço maternal, a reserva de ambição e hipocrisia do príncipe que será Fernando VII, toda a mesquinhez dos príncipes de sangue, a corte de opereta e de

A visita da Rainha Isabel II

(Continuação da página 2)

Ninguém ignora que foi a educação austera da Mãe e o ambiente palaciano onde a rainha imperava pelas mais delicadas virtudes que formaram o carácter firme, nobre e altivo dos Altos Infantes. À Pátria deram estes príncipes o saber, a coragem e o sacrifício da própria vida.

No Mosteiro da Batalha, a Rainha Isabel II sentiu por certo o valor da aliança multi-secular luso-britânica, simbolizada na união de João I e Filipa de Lencastre, em cujos túmulos as estátuas jacentes se encontram de mãos dadas. Será apenas o símbolo dos laços indissolúveis que uniram ternamente, em vida, esse casal, ou será mais ainda, o feliz preságio de quão firme seria, pelos séculos adiante, a amizade entre Portugal e a Inglaterra? Há atitudes na vida dos povos que nos fazem meditar e esta amizade velha entre a Grã-Bretanha e o povo lusitana é um fenómeno na História das nações civilizadas. Terão conta os tratados e pactos que, durante 600 anos, se fizeram e assinaram, entre as nações da Europa, para, dentro dum tempo breve, se despedaçarem ante interesses materiais de maior valia, ou ante ambições desmedidas de supremacia política e militar? Certamente que se tornaria impossível enumerá-los e, contudo, só um permaneceu intacto, firme, incólume e indiferente, ante as convulsões terríveis dum continente onde brilharam os mais altos e belos esplendores da arte e do pensamento, e onde fermentaram as mais terríveis ideologias destruidoras do Bem, da Moral, da Beleza, do Direito e da Paz. Esse tratado que não se rasgou em pedaços, que sobreviveu a todas as tempestades foi aquele que D. Fernando assinara no recuado século XIV, quando essa aliança convinha, como hoje, a Portugal e à Inglaterra.

À Nação Britânica ligam-nos pois, mais que o simples conteúdo burocrático dum pergaminho amarelecido, as recordações de perigos e glórias, que juntos vencemos, quando, como agora, nos ligavam os mesmos ideais. Nestes dias recordamos séculos de história...

A Rainha sensibilizou-se com as provas de ternura espontâneas que o povo português lhe tributou e o povo de Portugal guardará, como uma das suas mais belas recordações, o sorriso amigo e a saudação carinhosa do jovem casal real.

Quando na pista de Pedras Rubras se ergueu o pesado quadrimotor, os milhares de portugueses que invadiram a pista na ânsia dum último adeus sentiram vibrar dentro de si, profundamente, a tradicional saudação: «Good save the Queen».

M. L.

Carnaval de Ovar

Com um programa meticulosamente preparado, vai realizar-se em Ovar, mais uma vez, o Grande Cortejo Carnavalesco, que costuma atrair à conhecida e linda vila da beira-mar uma multidão inumerável de forasteiros.

Na verdade, o Carnaval vareiro goza de um prestígio a todos os títulos justificado, porquanto rodeia-se de umas características únicas e inconfundíveis em todo o País.

Além de muitos carros alegóricos, todos eles confeccionados com arte e

a lição desses grandes artistas dum ponto de vista crítico e que se faça a realaboração da arte que eles deixaram conjuntamente com o novo material válido trazido pelos artistas que se lhes seguiram. Desta atitude temos bastantes exemplos, aliás, na arte sul americana, bastando lembrar só para exemplo a admirável figura de Zapata do mexicano Rivera. Esta atitude fará ver os homens concretos da nossa época de uma forma estética. Deixará para o futuro a sua imagem vasada na arte de forma a que os vindouros possam sentir tão presentes os homens de hoje, como nós sentimos os do passado retratados pelo implacável e vigoroso pincel de Goya.

O retrato e a fotografia

Com a devida vénia transcrevemos da revista «Vértice» o artigo «O retrato e a fotografia», de Manuel Campos Lima.

As malhas TEBE não receiam confrontos... Continuam na vanguarda do bom gosto.

bom gosto, tripulados por gentilíssimas raparigas, tomam parte no Grande Cortejo muitos gigantes, dezenas de cabeçudos, centenas de mascarados e foliões, envergando os mais bizarros e engraçados trajos, numa verdadeira parada de alegria, cor e movimento, com saborosas «charges» de permeio.

Tendo como o seu primeiro grande número no Domingo Magro, com a chegada de El Rei Momo à estação do Caminho de Ferro, o Carnaval em Ovar atinge o seu auge no Domingo Gordo, com a realização do Grande Cortejo, finalizando no dia 5 de Março (terça-feira) com o Dia do Carnaval Popular, que inclui também a realização de um outro cortejo no qual desfilarão a maior parte dos carros alegóricos do Domingo Gordo.

Não há dúvida que quem quiser apreciar o Carnaval em toda a sua genuinidade, deverá deslocar-se a Ovar.

A entrevista do mês

O nosso colega António Madeira
fala ao «Boletim Social da TEBE»

— Diga-nos Madeira, se sempre acompanhou com interesse o valor substancial do «Boletim da TEBE»!...

— Desde o início que sempre me interessaram os assuntos versados por este «Boletim», razão da minha estima e interesse pela sua leitura. Na sua quase totalidade, os artigos deste jornal encerram ensinamentos de grande interesse para a classe trabalhadora. Cada operário acha nele um motivo que lhe desperta a curiosidade e daí virá a retirar, por consequência, algum proveito.

— Parece-lhe que o «Boletim» tem atingido aquela craveira necessária para suportar a indiferença e a injustiça de alguns?

— A meu ver, «Boletim Social da TEBE» tem já uma estrutura bastante sólida de molde a suportar qualquer contrariedade. Não me admira que sobre ele recaiam injustiças por parte de «alguns». É quase sempre assim... Quando se faz algo de grande, nasce a insatisfação e a inveja naqueles que nada podem fazer.

Nota-se a pouca colaboração do pessoal da TEBE neste «Boletim». É certo que poucos terão capacidade para tal fim, mas, com um pouco de boa vontade e esforço alguma coisa se faria.

— Você, que bem sabe os desgostos e canseiras que o «Boletim» me tem dado, acha que o rumo que lhe tracei está dentro do verdadeiro triângulo: DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA?

— Sem dúvida alguma reconheço que o jornal lhe tem trazido bastantes dissabores, muitas canseiras até, e afirmo-lhe: Pode sentir-se orgulhoso da sua obra

(porque de mais ninguém é) pois ela traduz com toda a clareza o sentido da expressão «DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA», focando todos os aspectos da vida social.

— Diga-nos, Madeira, alguma coisa dos seus projectos no futuro; pois bem sabemos que vai deixar-nos.

— Como é do conhecimento de todos, vou trabalhar com o meu Pai, em Coimbra. É nossa intenção desenvolver tanto quanto possível o ramo que exploramos a fim de tirarmos o proveito desejado.

— Certamente não esquecerá a amizade dos colegas e continuará a ser leitor interessado do «Boletim», não é verdade?

— Mas como hei-de eu esquecer-me de todos os que são para mim grandes amigos?!...

Dos Gerentes da TEBE, particularmente dos Ex.^{mos} Srs. Mário Campos Henriques e Luís Fernandes Pinheiro, pelo que por mim fizeram e pela consideração que lhes dedico; dos meus colegas que eu tanto estimo, levo saudades. Também não quero deixar de ler o «Boletim Social da TEBE», para matar saudades de todos os que cá deixo.

— O jantar que lhe oferecemos é o reflexo da nossa estima e servirá apenas para o abraçarmos com efusiva amizade, igual por certo àquela que levará?

— Eis uma fineza que devo a todos os meus colegas: esta homenagem, que representará para mim um dos acontecimentos mais felizes do tempo que vivi em Barcelos.

Deveras sensibilizado, confesso-me imensamente grato e retribuo a cada amigo um abraço de saudade!

A

« ETC. »

de A. SOUCASAU, faremos referência no próximo número.

Vitória Sport Clube

Por termos recebido tardiamente uma circular deste grupo não a podemos inserir, do que pedimos desculpa.

A publicidade é a fonte da riqueza.

O Slogan publicitário ajudará a sua casa.

Cada Slogan para cada artigo e cada artigo para o mais exigente.

Luís da Assumpção Matos

Futuramente será nosso correspondente delegado em Lisboa. A este nosso colaborador pedimos desculpa por não publicarmos o seu original.

Motivos vários não o permitiram.

Os artigos não assinados são da responsabilidade da redacção.

«Boletim Social da TEBE» não se obriga a publicar original não solicitado.



Dirigida por Waldemar Esteves

Noticiário

O guarda-redes júnior do V. de Barcelinhos, chamou para si as melhores referências da crítica e do seleccionador nacional, sendo já certa a sua permanência aos treinos da selecção, em Lisboa.

Parece-nos, (infelizmente), condenado a desaparecer o Oquei Clube de Barcelos. Um clube, introdutor da modalidade na nossa cidade, não pode desaparecer!

Recebeu a população cidadina, o encerramento da sua sede social precipitadamente. Imediatamente apodou de má a actual gerência, chegando sem nada de concreto saber, a duvidar da honestidade de parte dos seus directores, sem a devida responsabilidade das suas palavras.

Não foi só a Direcção que falhou, embora na opinião pública seja a única culpada. Que falhou, não restam dúvidas, mas que a seguiu o Conselho Fiscal e com mais culpas ainda, a Assembleia Geral é um facto. Esta é a entidade máxima do clube e tem o dever de impor e não harmonizar (ou procurar).

E agora uma pergunta, desaparece o clube?

De princípio toda a gente procurava resolver à sua maneira de ser o caso, não se registando nada de positivo e, agora, que nos conste, só a iniciativa de um único membro do Conselho Fiscal, procura levar o caso ao conhecimento das entidades máximas.

Para prestígio da colectividade, pede-se que desapareçam críticas mordazes à mesa do café e se tomem atitudes, não opróbrias mas justas, a Bem do Desporto e da Cidade.

VERDADES?

Apesar da grave crise directiva e financeira que atravessa o Oquei Clube de Barcelos, alguns dedicados amigos do clube, procuram a todo o transe, que a secção de oquei em patins do clube subsista.

Assim, talvez possa contar para a época que se avizinha com a colaboração de Fernando Andrade, actualmente no Famalicenses e que fixará, brevemente, residência nesta cidade.

Também Oscar, que na passada época representou o F. C. do Porto, talvez regressasse ao seu antigo clube.

Sendo assim, tem o Oquei C. de Barcelos resolvido o problema da equipa.

Waldemar Esteves

Panorama Oquista

Veio a Famalicão o seleccionador Nacional em busca de elementos capazes de formarem a Selecção Nacional, que representará o nosso País no próximo campeonato mundial de oquei em patins, em júniores, a disputar em Lisboa.

Assistimos à demonstração e estranhámos a maneira como decorreu a escolha.

Num rink molhado, ou melhor, encharcado e polido não se podia esperar dos atletas demonstração cabal das suas possibilidades, tendo alguns até, patinado com rodas de madeira.

Dos júniores, poucos apareceram, o que denota o destreino motivado pela falta de realização dos campeonatos desta categoria.

Está provado que o melhor método de treino é a realização de torneios ou campeonatos, onde o atleta freia a sua foga-sidade, às contingências da luta, da vontade de vencer e da autoridade do árbitro. Também a melhor escolha seria a observação imparcial e justa, durante uma prova de longa duração, onde se podem notar a regularidade dos atletas e não em 30 ou 40 minutos, depois do afastamento do rink de alguns meses.

Caímos numa indolência prejudicial à modalidade que para Portugal maiores louros trouxe. Deitar a mão enquanto é tempo. Recomeçar... é difícil!...

Waldemar Esteves

FUTEBOL

POR ADRIANO FARIA

Está no seu termo a 1.^a fase do Nacional da II Divisão e as posições ficaram definidas.

O Salgueiros foi o campeão da Zona Norte, seguido do Braga e Guimarães, que disputarão com os clubes classificados na Zona Sul, a prova de apuramento e ascensão à I Divisão.

A «revelação» do campeonato—Gil Vicente—que até certo ponto, nos deu a impressão, de querer chegar à fase final, classificou-se em 4.^o lugar numa óptima e honrosa classificação.

Leixões e Boavista ficaram em 5.^o e 6.^o lugares. Estes clubes, que durante o campeonato deambularam, lugares sem conta, numa oscilação constante, mormente o de Matosinhos, que se colocou já em «leader» algum tempo, não suportaram o ímpeto dos adversários e foram obrigados a ceder.

Na cauda da tabela—e como sempre

Associação de P. do Minho

Da Associação de Patinagem do Minho, recebemos a seguinte circular com pedido de publicação:

Inscrição de Clubes—Está aberta a inscrição de clubes nesta Associação, sendo a respectiva taxa de 100\$00.

No acto de inscrição é indispensável que sejam indicados a esta Associação os seguintes elementos:

— Nome e localização do respectivo rink de patinagem.

— Nomes e cargos de todos os corpos gerentes.

— Local da sede.

— Cores das respectivas equipas.

— Indicação de, pelo menos, dois candidatos para frequentarem o curso de árbitros.

Débitos—É condição indispensável para que esta Associação possa aceitar a inscrição de clubes, o pagamento integral dos respectivos débitos.

Licenciamento de patinadores—Aceitam-se desde já pedidos de licença para patinadores na presente época de 1957, os quais devem ser instruídos com os documentos constantes da circular desta Associação n.^o 3/54 de 2 de Fevereiro de 1954.

Chama-se a atenção dos clubes que, os pedidos de licenciamento que não venham convenientemente instruídos serão devolvidos, acrescendo a taxa de 2\$00 por cada, além do porte de correio.

A taxa de cada pedido de licença será paga a quando da entrada da respectiva documentação na Secretaria da Associação, sem o que os processos não terão qualquer andamento.

Taça de Honra de 1957—A inscrição de clubes para a prova «Taça de Honra de 1957», na categoria de Séniores, terminou no pretérito dia 23.

Sede da Associação—Comunica-se, para os devidos efeitos, que a sede desta Associação se encontra instalada na Praça do Comércio (antigo Campo da Feira), no edifício do novo Mercado Municipal de Braga.

Licença de patinadores—Caducaram no fim do corrente mês.

acontece—foi o pior. Espinho, Chaves e União de Coimbra, bateram-se com denodo à procura de uma fuga, a qual os conimbricenses não encontraram sendo arredados para a 3.^a Divisão.

Visado pela Comissão de Censura

A Família dos Trabalhadores na consciência dos Patrões

Pelo DR. MÁRIO NORTON

IV

EM Portugal, o que se tem feito no campo patronal? Devido à iniciativa particular e no sentido de protecção à família do trabalhador, nenhum sistema prático se tornou público.

É certo que alguns casos dispersos, isolados e por vezes desconhecidos, se podem aceitar como manifestações de generosidade e compreensão por parte das entidades patronais.

O que se não pode afirmar é que espontaneamente, tenha desabrochado entre nós fosse qual fosse a natureza da inspiração, um estado de alma propício a estas realizações sociais.

Não se viram em Portugal, como na França e Bélgica, florescer no seio da empresa patronal por forma destacada, as ideias cristãs de caridade e justiça que naqueles países consagraram os nomes de tantos industriais.

Só uma revolução de apostolado poderia despertar na consciência nacional o sentido da justiça dos tempos. Legislar, só por si, não bastaria.

O Estado Novo de Salazar através da organização corporativa, lança-se abertamente no campo das grandes reformas sociais.

«Para elevar, robustecer, engrandecer as nações é preciso alimentar na alma colectiva as grandes certezas e contrapor às tendências de dissolução propósitos fortes, nobres exemplos, costumes morigerados», escreveu o Senhor Presidente do Conselho em 1935.

Em seguida, sobre tantas já conhecidas, Salazar quis insuflar na alma colectiva, outra grande certeza: a de que a família dos trabalhadores não seria esquecida.

O Senhor Presidente do Conselho dissera um dia: «A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção. Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente».

E porque Salazar assim entendeu e porque está na base dos princípios que defende, foi estabelecido o regime de abono de família que se estende, cada vez mais, à família dos trabalhadores.

Não é de assinalar a intervenção das entidades patronais na criação deste sistema.

No entanto, estou certo, que muitas o receberam como a mais bela realização do Estado Novo; outras concluíram em consciência que a medida é das mais justas, algumas, porém, por defeitos de educação ou dureza sentimental, continuam fechadas à sua compreensão.

Para estas últimas resta uma certeza: é que a revolução continua, e o andar da vida revela que os direitos do trabalho se não-de impor custe a quem custar, doa a quem doer. Tudo o que se traduz numa conquista consumada pelo sangue e pelo suor, raras vezes se perde ou se larga.

Entre nós o trabalhador conquistou, por direito, um lugar no trabalho para a sua família. Todos se unirão, sempre para que esse lugar seja cada vez melhor e mais alegre. Quando a família dos trabalhadores tiver sido aceite na consciência dos patrões, poderemos falar sem receios de revolução triunfante, estarão seguras as condições de vida, e todas aquelas burocracias e enfados de formalidade, acabarão de vez, para bem de todos.

O homem espelha-se na felicidade, na conduta, nos êxitos e derrotas, em suma: em casos de consciência. Este que vai exposto e que todos por certo compreenderão, não deixa de ser nas suas linhas gerais, um desses casos.

Aqui ficam breves apontamentos acerca da iniciativa particular no campo dos subsídios familiares. Devidos na sua criação à generosidade patronal, não deixa de ser interessante, recordar um pouco da sua história no momento em que, entre nós, o sistema está em franco desenvolvimento, e se lançam as bases de um plano de educação social e corporativa.

*

É absolutamente necessário implantar leis humanas nas relações entre patrões e trabalhadores.

Por melhores e mais sábias que sejam as medidas legislativas, se não encontram entre as pessoas a quem se dirigem

ESCUTISMO

(Continuação da página 1)

gem do 40.º aniversário das aparições (1917).

Mesmo sem ser chamado, Fátima, é um lugar onde um escuteiro deve ir sempre que possa, para orar e servir.

Daqui, fazemos votos para que em breve, na Cova da Iria, seja possível montar um Centro Escutista, ou pelo menos em forma de Campo permanente ou albergue, onde os Escuteiros do

Corpo Nacional de Escutas e do estrangeiro possam fazer quartel de acção e de serviço.

Jamborice do Jubileu

Em Agosto deste ano realiza-se em Inglaterra o acto culminante do centenário do nascimento de Baden Powell e do cincoentenário do Escutismo—o Jamborice. É em Sutton Park a poucas milhas de Londres.

Deste acontecimento falaremos mais tarde e mais desenvolvidamente.

Use SAMETIL... se sofre da pele. É um medicamento honesto a um preço honestíssimo.

conveniente preparação, estado de alma propício, ficarão pelas páginas do «Diário do Governo», ou então perderão todo o seu valor e virtude numa forçada aplicação, que no fundo esconderá uma permanente má vontade, ou um reprimido descontentamento.

Podem na aparência os aspectos agradar e por vezes até deslumbrar, mas se no fundo das relações humanas, sociais e políticas não reside o sentimento da verdade e da justiça, não nos iludamos, a obra andarà constantemente ameaçada no que devia ter sido a primeira preocupação: os seus alicerces.

A comunidade do trabalho que a nova ordem trará ao mundo para ser humana, deve reflectir um esforço convincente no sentido de enraizar na personalidade do homem, a noção e a certeza de que patrões e trabalhadores, mais não são, que partes integrantes dum mesmo todo, duma só organização.

Não haverá interesses de patrões que não sejam interesses de empregados e assalariados, não haverá interesses destes que o não sejam também dos próprios patrões.

A distinção que ainda hoje se faz de patrões por um lado e trabalhadores por outro, tende a acabar.

Trabalhadores serão todos, e portanto na defesa do trabalho não se admite que figure uma só das partes.

O operário que vê no trabalho um encargo, um enfado a que não pode fugir por ordem natural da vida, é já nos nossos tempos uma situação intolerável.

As empresas podem contar com a marcha da revolução. A noção de empresa e sua organização, no movimento humanista do trabalho, tende a uma reforma que se adivinha perto.

Estou certo que as forças da produção, serão as primeiras a tomar lugar destacado no estudo, discussão, e projectos do que há-de ser a futura empresa, no mundo do trabalho.

Tudo teriam a perder se fugissem à colaboração séria e justa de problemas que tanto lhe interessam, pois são a base da sua existência.

Entre nós onde a apatia e indiferença pelas altas questões de organização e renovação, são de todos os dias—haja em vista o interesse revelado pelos estudos e cursos de cultura profissional, onde tanto se podia aprender—entre nós, repito, o problema do futuro pode ser solucionado, dadas as actuais condições, com o melhor êxito e a mínima perturbação. O ambiente nacional é dos melhores.

O que é urgente e absolutamente necessário é educar e preparar, para que as medidas não sejam ignoradas na sua razão de ser, não sejam acatadas, como encargo penoso.

Quantos depois duma explicação, não respondem: bem, se assim é, está certo.

Terminamos estas ligeiras considerações, com as palavras do primeiro Subsecretário de Estado das Corporações:

«Procuremos portanto fixar com nitidez as noções fundamentais. Tornemos bem salientes e bem visíveis as grandes linhas do corporativismo português. Valerá bem a pena insistir nessa divulgação, porque evitaremos, a cada passo, ter de voltar atrás para explicar ou para corrigir, se não pouparmos mesmo a muitos, o trabalho de continuarem à procura daquilo que já foi achado».

Saudemos a nova era revolucionária do corporativismo português a que está a dar impulso notável, a alta visão e forte espírito do actual Ministro das Corporações, Dr. Veiga de Macedo, particularmente assinalados, no feliz plano de educação social e corporativa, que neste momento enceta os seus primeiros passos. Assim terminamos estas ligeiras considerações.

ESCUTISMO

(Continuação da página 8)

escuteiros tendo à frente o Senhor Conde de Vilas Boas, Cónego Joaquim Gaiolas, Rogério Calaz de Carvalho, José Luís Correia e Licínio Carlos dos Santos.

Realizou-se Missa Campal, representou-se o Auto do Sacrifício, do Alcaide Faria, foram colocadas duas lápides nas muralhas do Castelo, sendo este sobreado pela Aviação Militar, ouvindo-se duas descargas de artilharia, por dois regimentos de Viana do Castelo e Braga, que para o efeito se deslocaram a esta cidade. Associaram-se, assim, a esta sentida homenagem o Exército Português de Terra, Mar e Ar.

8.º Acampamento Nacional — BRAGA

De 13 a 23 de Agosto de 1948, realizou-se em Braga este grandioso Acampamento Nacional. O Grupo n.º 13 enviou os seguintes elementos:

Chefe da Delegação, José Luís Correia — Assistente, P.º Agostinho Correia de Azevedo, Secretário, Ilídio Eurico Gomes — Dirigentes, Licínio Santos, António Tavares Fernandes, Eduardo Correia Landolt e Alcino Ferreira da Cunha. Lobitos, Manuel Mário de Carvalho, Agostinho Saldado e António da Cruz Amaral. Escuteiros, Fernando Valença, Carlos Valença, Fernando Rente, Valdemar Silva, Pedro Pereira Alves e Rodrigo da Cruz Amaral. Caminho, Diniz Cardoso e Silva.

Neste acampamento comemoraram-se as Bodas de Prata do C. N. E., tendo-se efectuado visitas ao túmulo do Fundador D. Manuel Vieira de Matos, visitas à cidade de Braga, Sé, Estádio 28 de Maio, Câmara Municipal, com recepção e cumprimentos, Governo Civil e Infantaria 8, assim como ao Assistente Nacional Sua Ex.ª Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Braga.

Os elementos barcelenses, desfilaram-se nos Fogos de Conselho, Missas Campais e Festas de Campo.

Neste acampamento registou-se a presença de Escuteiros "Scouts" de França (Lyon).

(Continua no próximo número)

Perspectivas para 1957

Passam este ano duas datas grandes no Escutismo Mundial. Duas datas — dois jubileus: o nascimento de Baden Powell (100 anos) e a fundação do Escutismo (50 anos).

Através de todo o grandioso programa de comemorações, quer no plano regional ou nacional, quer no plano internacio-

nal, nada mais se pretende do que agitar e dar volume à grande ideia do Escutismo que, em muitos aspectos, aqui e além, não estará ainda em boas condições de "seduzir" a juventude.

Por isso, torna-se necessário mobilizar o esforço de todos, tendo em vista um único fim — fazer mais e melhor Escutismo.

Movimento de rapazes para rapazes, eis o que é preciso não esquecer entre nós, para que todos se compenetrem de que não é possível fazer escutismo sem ter primeiro, especialmente quem dirige, verdadeiro espírito juvenil.

Nascimento de Baden Powell

Foi em 22 de Fevereiro de 1857, que em Londres, capital da Inglaterra, nasceu o pioneiro do Escutismo — Baden Powell que durante toda a sua vida foi um amante da vida ao ar livre tendo fundado a primeira Associação de Escuteiros em 1907.

Por todo o mundo se celebram comemorações festivas e jubilosas, tomando cada Grupo as iniciativas que julga mais aconselháveis em relação ao meio em que vive. É de facto uma excelente oportunidade para que cada unidade possa contar a sua história. A revista FLOR DE LIZ sugere que cada unidade escreva a sua história "com arte e habilidade" promovendo assim para que se faça uma exposição documental e estatística da vida do C. N. E. em cada localidade.

O programa das comemorações em Barcelos, foi cumprido, se bem que de uma forma íntima, sem grande relevo para o público, por motivos vários.

XII Conferência Internacional

Em Fátima, nos dias 13 a 16 de Junho realiza-se a XII Conferência Internacional, na qual apenas podem tomar parte cinco delegados de cada país. Isto permite, sem dúvida, seleccionar uma "élite" de verdadeiros pensadores e pedagogos sobre o escutismo católico.

Além do estudo e da oração, o programa permite a todos, momentos de convívio feliz e de conhecimento do nosso País.

Em 16 os Delegados reunem-se em Lisboa no C. N. E. para melhor contacto entre si e até de outros dirigentes que àquela sessão desejem assistir.

— Também em Fátima e em 13 de Maio se devem reunir os dirigentes do Escutismo de todo o País, correspondendo ao apelo expresso na nota Pastoral do Venerando Episcopado Português, para manifestar publicamente o seu júbilo pela passa-

(Continua na pág. 6)

Os conselhos da minha tia...

TALVEZ, apagando a luz — pensei — consiga dormir e esquecer a dor e o desgosto.

Tudo em vão. A noite passei-a a remoer... Sombria e cinzenta, muito arrastada, viera a manhã.

Eu, porém, levantei-me. E, comigo também, a obsessão. Estava, ainda, tudo tão nítido! Em cima da mesa, manchada de lágrimas, aberta, espalmada, encontrava-se a carta da véspera...

Afastando os olhos daquele pesadelo, fui até à janela que abri, ansioso de ar e sôfrego de alento.

Numa sinfonia melancólica, chegava até mim o marulhar constante das águas na levada. E na rua, acordando o asfalto inerte, seguia, em algazarra festiva, a habitual caminheta de carreira.

Impertinente e contrariado com aquilo tudo, o prurido da minha dor fechou a varanda, e abriu, de par em par, os diques da memória.

Tinha quase cinco anos. Na estação, prenhe de gente e de ruído, estava a minha tia a esperar-me. Não a conhecia, nem tão pouco lhe dava importância, se não fosse uma velha criada dos meus pais que me acompanhava.

Em seguida, apertando-me com todo o amor nos seus braços franzinos de mulher, chamou-me o «seu menino», com um sorriso de meiguice desenhado nos lábios.

Na minha perspicácia de criança, a partir daquele momento, compreendi que ela seria o meu faz tudo. E assim, comecei a simpatizar com aquela que para o futuro havia de ser minha mãe.

Às vezes, essa amizade esmorecia um pouco, quando espreitava os meus passos, recomendando-me, meigamente:

— Menino, saia do sol! Menino, não corra tanto! Menino, não se canse! Menino... Menino...

Arreliava-me aquela enfadonha solicitude. Porque não havia de ser — pobre de mim — como os outros rapazes da minha idade? Porque não me deixava saltar à corda, pular, correr atrás das borboletas, brincar com os pés nas poças da água? etc... Tinha de ser toda a vida um pequeno criado numa redoma?

Amuava. Punha uma beicinha muito comprida e deixando o quintal, cabisbaixo e murcho, entrava em casa contrariado.

— Não vê o Joãozinho que é muito fraco e não pode abusar? — Eram as palavras dela, com ar de cordata reconciliação, pondo término às minhas zangas.

Depois, seguia-se a história de minha mãe, o seu lento agonizar de enferma durante doze meses e a sua morte na alvorada dos vinte e seis anos. Assim como, passado pouco tempo também, a morte de meu pai.

Um bom decénio havia já decorrido sobre estes tristes acontecimentos, mas a minha tia conservava-os tão presentes no espírito, como se tivessem sido realizados há dez dias.

Tantas, e de cada vez com mais pormenores, me falava da minha mãe — a senhora D. Maria do Céu, aquela santa que lhe havia falecido nos braços — e que a minha exuberante imaginação parecia ter presente a imagem e a silhueta querida de quem me tinha dado o ser.

Também vinham à tona da memória as minhas aventuras a primarem de esperteza e curiosidade infantil, e ainda aqueles momentos sérios, quase transcendentais, em que mãos juntas e olhos no Céu, ela me ensinava a rezar ao bom Deus e a pedir-lhe pelas almas de que Ele lá tinha em sua santa guarda.

Era assim que, de confiança em confiança, transparecia, abrupto e simples, no claro escuro da vida, todos os matizes da minha meninice.

*

O tempo, dobadoira infatigável, girou num rodopio rápido...

Onze anos se passaram. Um dia, as histórias e os conselhos deixaram de ter quem os ouvisse. É que o Joãozinho, o «seu menino», havia fugido da sua companhia.

Quis levá-la comigo. Mas, um atávico bairrismo enraizara-a à sua terra. Ninguém, nem mesmo o «seu menino», a arrancaria do meio onde sempre habitou.

As comportas da memória esgotaram-se. Lá estava, depois de ter passado as águas do oceano, manchada de lágrimas, sobre a escrevaninha, a carta da véspera.

Cansada, doente, carregada de anos e de virtudes, tinha falecido a minha tia!

De longe, revivendo o seu e o meu passado, apetecia-me num misto de ternura, reconhecimento e veneração, afagar-lhe as nobres cãs e beijar-lhe as pupilas vigilantes — agora tristes meninas sem luz — que velaram o último sono de minha mãe!

Sidónio Ferreira

(Do livro de contos em preparação)



Por JAIME FERREIRA

(Continuação do número anterior)

EM Agosto de 1947 o Grupo n.º 13, realizou um Acampamento Volante pelo Alto Minho, tendo levantado as suas tendas em V. P. de Ancora, Caminha e Valença, visitou a cidade de Tuy em Espanha, Sanatório marítimo da Gelfa, e as sedes dos Bombeiros e Clubes nas localidades onde acampou, a Ponte Internacional, Muralhas, Alameda e a Fronteira.

O ano de 1948 foi especialmente caracterizado pela retirada do Rev.º Prior e chefe espiritual dos Escuteiros Católicos, P.º Joaquim Gaiolas. Devido ao seu precário estado de saúde o Fundador e Assistente espiritual do Grupo n.º 13, e Prior da Cidade de Barcelos, deixou a paróquia de Santa Maria Maior e os seus pupilos e retirou-se para as suas propriedades da Barca do Lago. Dirigiu o seu «múnus» com o maior zelo e sacrifício da própria saúde, durante 39 anos.

Entretanto e em sua substituição foi nomeado Prior da Cidade, o Rev.º P.º Alfredo Martins da Rocha, o qual tomando igualmente sobre a sua protecção o Grupo n.º 13 do C. N. E., ordenou que a sua sede fosse transferida para o Salão Paroquial da Matriz, onde se conservou 2 anos, regressando novamente à residência paroquial em 1950.

Neste período de 1948 a 1950, efectuaram-se entre outras as seguintes actividades: 26 Acampamentos — 17 visitas de estudo — 5 bivaques — 7 excursões montanhistas.

Os seus escuteiros tomaram parte em diversas concentrações escutistas em várias localidades do concelho, em procissões e peregrinações.

Assistiram em Braga à visita do Coronel Wilson, Director do Secretariado Internacional de Escutismo, de Londres, e do Major Leo Borges Fortes, Comissário Internacional dos Escuteiros do Brasil.

Prestaram recepção a Suas Ex.ªs os Snrs. Ministros do Interior e Obras Públicas a quando das suas visitas a Barcelos. Estiveram presentes na inauguração do Bairro Dr. Oliveira Salazar, nas visitas efectuadas pelo Grupo dos Amigos de D. António Barroso, no 5.º aniversário

do Sporting Clube de Barcelos, no 68.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Barcelos e nas concentrações da Mocidade Portuguesa.

Bodas de Prata do Núcleo de Barcelos

Em 25 de Janeiro de 1950 celebraram-se as bodas de prata do Núcleo de Barcelos, por iniciativa da Junta Local, prestando-se homenagem aos seus fundadores: P.º Joaquim Gaiolas e Conde de Vilas Boas, reunindo-se os antigos e actuais escuteiros num almoço de confraternização escutista, no Restaurante Danúbio, e a que se dignaram assistir as autoridades de Barcelos.

O programa das comemorações, concluiu com um grande Acampamento no Castelo de Faria, homenageando desta forma o seu Patrono, o Alcaide de Faria.

Conselhos Nacionais

Ainda em 1948, o Grupo n.º 13 fez-se representar no Conselho Nacional do C. N. E. efectuado em Braga, no Casino do Bom Jesus. Em 1949, esteve presente, por intermédio do seu Assistente, no Conselho Nacional do C. N. E. realizado em Setúbal e 1950 enviou o mesmo representante ao Conselho Nacional de Fátima.

Actividades destacadas

No dia 9 de Setembro de 1949, visitaram Barcelos 6 escuteiros franceses dos Scouts de France, de Lyon, acompanhados pelo seu assistente: Rev. P.º Louis Joseph de Loie, que acamparam na Cerca do Hospital e efectuaram uma récita no Círculo Católico.

Em 27 de Agosto de 1950 o Grupo n.º 13 fez deslocar os seus dirigentes: José Luís Correia, Licínio Santos e António Tavares Fernandes, no Acampamento Regional do Porto, efectuado em Gondomar.

Em 9 de Setembro de 1950, foi prestada homenagem aos heróicos defensores do Castelo de Faria, os «Alcaides de Faria», no Monte da Franqueira, por uma comissão de antigos e então

(Continua na página 7)



Secção dirigida por AUGUSTO DA SILVA

A Sétima Arte E O GOSTO DO PÚBLICO

COMO todas as formas de expressão, a sétima arte tem as suas dificuldades, quer de factura, para os cineastes e técnicos, quer de leitura e compreensão, para o público. Supor que só para a leitura há analfabetos é simplismo, pois os há igualmente para a música, para a pintura, para o teatro e para o cinema. Para se estar apto a receber a mensagem de uma obra de arte de qualquer género é indispensável um mínimo de preparação, um mínimo de cultura, um mínimo de educação artística.

Eis porque laboramos em erro quando queremos exigir do vasto público que frequenta os cinemas uma uniformidade de gosto, de preparação artística e de capacidade crítica. Na verdade, não há um público, uniforme na sua capacidade de apreciação, mas muitas espécies de público.

Só partindo desta realidade podemos compreender os fracassos de tantas obras de valor que passam despercebidas, o desinteresse por algumas obras-primas, exibidas em salas vazias. É que o número de pessoas capazes de aderir a uma autêntica obra de arte, a uma verdadeira obra-prima é diminuto, insignificante.

Eis porque tudo deve ser feito para educar o gosto dos espectadores de cinema para aumentar o número de pessoas interessadas e com senso crítico bastante para distinguir o bom do péssimo, a obra de arte do espectáculo gratuito e de baixo nível.

É neste campo que muito têm a fazer os cine-clubes, transformando os frequentadores dos cinemas em autênticos apreciadores de Cinema, que são coisas inteiramente distintas. Por falta duma cultura cinematográfica mais generalizada, foram necessários alguns anos para que o moderno cinema italiano se impusesse ao público português. Os belos filmes mexicanos de Emilio Fernandez e de Figueiroa ainda hoje contam com reduzida assistência.

Apesar de tudo, o ambiente é hoje melhor do que há dez anos e a isto não deve ser estranha a acção desenvolvida pelo Cine-Clube do Porto, cuja massa associativa atinge actualmente a or-

dem dos 2.500. A época cinematográfica desta agremiação cultural terminou hoje, com a exibição do filme «Hotel do Norte», de Marcel Carné. Além de sessões especiais de documentários e de filmes para crianças, o Cine-Clube do Porto realizou dezenas de sessões para os seus associados, exibindo e comentando os mais representativos filmes europeus de origem francesa e italiana e, ainda, filmes de Chaplin e outras obras americanas.

Ao terminar a presente temporada, com 148 sessões de cultura cinematográfica já realizadas, o Cine-Clube do Porto pode não estar plenamente satisfeito com a sua obra, mas é indiscutível que muito se lhe deve já neste sector da cultura. Entretanto, de desejar é que o seu exemplo frutifique não apenas em Lisboa e Coimbra, mas igualmente noutras cidades e vilas do país, de modo que não deixemos de importar certos filmes de excepcional categoria artística com o pretexto de que não têm público e, consequentemente, como defesa comercial para os exibidores.

A falta de interesse da maioria do público pelos filmes artísticos não é, felizmente, um mal irremediável. Se soubermos despertar a sua curiosidade e o seu interesse, o público acabará por amar a Sétima Arte por aquilo que ela vale, passando a ir ao cinema não apenas para se distrair mas, também, em busca de deleite e satisfação espiritual.

12 Julho de 1953

Manuel Azevedo

NOTA

Manuel Azevedo, jornalista de profissão, comentador de filmes e ensaísta cinematográfico, além de colaborador de «Sol Nascente», «Vértice», «Mundo Literário», e «O Norte Desportivo» é autor de vários livros («O Cinema em Marcha», 1941; «Amor e Limites do Cinema Português», 1945; «Panorama Actual do Cinema», 1948; «O Movimento dos Cine-Clubes», 1951); «Perspectiva do Cinema Português», 1951), sendo dos poucos que entre nós têm dedicado ao cinema — arte e linguagem — a atenção que merece é um profundo conhecedor dos problemas relacionados com o binómio público-cinema e com o movimento cineclubista, de que o Cine-Clube do Porto tem sido grande impulsionador em Portugal, movimento que conta hoje com mais de 20 clubes espalhados pelo Continente e Ultramar.

Recomendamos vivamente o livro de Manuel Azevedo — «A margem do cinema nacional», Porto, 1956 — donde extratimos o texto de «Antologia» e perguntamos: para quando a criação em Barcelos dum clube de cinema?

Janerio de 1957

A. dos S.